



# **1º CONFIES – BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2018**



## BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA CGU

1. No âmbito da CGU, a iniciativa proposta pelo Confies foi patrocinada pelo Secretário Federal de Controle Interno, e resultou na formação do GT Confies, CGU, MEC, MCTIC e PGF.
2. Na CGU, os setores mais envolvidos são a coordenação de auditoria da área de Educação Superior e Profissionalizante da Diretoria de Políticas Sociais, e a coordenação de auditoria da área de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações da Diretoria de Políticas Econômicas
3. A CGU desde então é o órgão facilitador, recebendo os encontros, organizando as pautas e agendas
4. A iniciativa do Confies surgiu em um momento propício para a CGU

Conclusão da avaliação das responsabilidades das Universidades Federais frente aos dispositivos da Lei e Decreto das Fundações de Apoio.

Identificamos maior conformidade voltada para procedimentos e processos de características mais cartoriais dos normativos, que pouco agregavam valor aos objetivos e princípios.

Resultados apresentados ao MEC. Um dos fatores que motivou a movimentação do MEC e do MCTIC nas mudanças que estão sendo estudadas no credenciamento das Fundações de Apoio.



## BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA CGU

5. Ano de 2017 foi preenchido com as discussões do Grupo de Trabalho
6. Assinatura do Termo de Entendimentos em Novembro/2017 no Evento Confies Maceió/AL

### RESULTADOS

O impacto da iniciativa que resultou no Termo firmado em 2017 não ficou restrito ao produto da consolidação de entendimentos, mas possibilitou uma **aproximação de setores afins da CGU, MEC, MCTIC, PGF e Confies**

No tocante ao Termo de Entendimentos, os benefícios avançam para uma **padronização de linguagem e clareza do alcance dos dispositivos legais**

Benefícios para a CGU:

- **Qualifica nossos critérios de avaliação** sobre o tema
- **Conhecer melhor a agenda das instituições participantes**, o que qualifica nosso planejamento no sentido de proporcionar maior conexão as prioridades

7. Consenso sobre a continuidade do GT em outro formato



## BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA CGU

8. Em fevereiro 2018, com o Decreto 9.283 (Marco Legal de CTI) se estabelece um conjunto importante de inovações em aspectos jurídicos, administrativos, organizacionais e operacionais nas atividades de PDI dos ICT.

É um desafio operacionalizar os novos referenciais de relacionamento dos ICT com os parceiros públicos e privados, bem como efetivar a realização das mudanças em processos como prestações de contas, novas formas de aquisições ...

Cenário de oportunidades, mas sujeito a muitos fatores que podem significar riscos à implementação: financeiros, operacionais, legais ...

9. Seminário CGU, MCTIC e Confies sobre o Marco Legal de CTI. Junho/2018

10. Reuniões de 2018 do Fórum ampliado – Integrantes:

Confies  
PGF

MCTIC  
**ANDIFES**

MEC  
**CONIF**

CGU



## BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA CGU

11. Reuniões de 2018 do Fórum ampliado – Formação da agenda. Bastante pautada pelo Marco Legal de CTI

Credenciamento de Fundações de Apoio junto ao MEC/MCTIC: Avaliação de desempenho das Fundações de Apoio

Tópicos específicos sobre o Decreto nº 9.283/2018

Acórdãos TCU envolvendo Fundações de Apoio

12. Fórum ampliado – Funcionamento de 2018

Necessidade de maior movimentação - Renovação de interesses

Precisamos de indicação de pautas de reguladores (MEC e MCTIC) e regulados (Universidades, Institutos e Fundações). Quais são as principais dificuldades, como os órgãos de controle podem contribuir para o aprimoramento do ambiente de pesquisa?



## BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DA CGU

### 13. Agenda da CGU 2019

**Motivação:** A capacidade de operacionalizar o que está previsto no Marco Legal é um objeto relevante e crítico do ponto de vista de desenvolvimento institucional dos ICT/IFES. Portanto, na nossa visão, a boa governança dos ICT/IFES sobre o negócio de CTI é agenda prioritária da CGU, aí incluídas as Fundações de Apoio como instância importante na governança.

**Iniciativa:** Mapeamento de Riscos e da Governança das Parcerias Públicas e Privadas nas Universidades Federais - Com foco na implementação do Marco Legal de CTI. Realizado com coleta de considerações dos agentes envolvidos.

Produto para o integrantes do SNTCI e SE: Diagnóstico geral dos riscos envolvidos, fatores de risco e ações de tratamento. Apresentação das principais barreiras e desafios, inclusive em aspectos de transparência e integridade

#### Abordagens:

- Políticas e normativos
- Capacidades e arranjo institucional (tomada de decisão, financeiro e operacional)
- Contratualização dos negócios de CTI
- Administração dos resultados

O resultado desse trabalho vai ampliar nossa capacidade de compreender o tema proporcionando critérios de avaliação futuros



## Cristiano Coimbra de Souza

*Auditor Federal de Finanças e Controle*

*Chefe de Divisão*

Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação  
Superior

Secretaria Federal de Controle Interno

+55 (61) 2020-7456

**CGU**

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

[www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) |  



